

CONSTRUINDO A MEMÓRIA DA PSICOPEDAGOGIA NA PARAÍBA

Igor de Moura Mota ¹
Alderada Silva de Souza ²
Bárbara da Silva Alves ³
Éder Dantas da Silva ⁴

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar o resgate da memória da Psicopedagogia no estado da Paraíba, obtidos a partir do projeto “Construindo a memória da Psicopedagogia na Paraíba”, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). O projeto vem reunindo informações sobre a chegada e construção da psicopedagogia como campo de conhecimento no estado. A importância desta pesquisa, metodologicamente situada no campo da História da Educação e da Psicopedagogia do tempo presente, é evidenciada quando analisamos o simples fato de que o surgimento da Psicopedagogia como ciência autônoma é relativamente “novo”, nos contextos da expansão do ensino superior no Brasil, ocorrida nos anos 1990 e 2000, e das políticas educacionais, no escopo do movimento de “Educação para Todos” e “Educação Inclusiva”, com enfoque cada vez maior na temática da aprendizagem. Com base nas leituras e primeiras investigações realizadas, foram mapeadas pessoas, instituições e arquivos que pudessem ceder informações importantes, foram marcadas idas às instituições para solicitação de documentos sobre os períodos de relevância, e também realizadas entrevistas para coleta de relatos orais, que serviram como complemento, além de nortear a busca por novas informações, além de incursões em arquivos digitais, a exemplo de redes sociais, páginas de faculdades e instituições envolvidas com a psicopedagogia, a exemplo da Associação Brasileira de Psicopedagogia - ABPP. A partir disso foram reunidas descobertas e atualizações significativas, a exemplo da identificação de referências a estudos de psicopedagogia no Seminário da Ceplar (1962), no cenário da realização de ações de educação popular vinculadas ao educador Paulo Freire. Foi possível detectar que alguns dos nomes pioneiros da Psicopedagogia paraibana realizaram cursos de pós-graduação em Psicopedagogia em outros estados (como São Paulo e Pernambuco) e começaram a atuar antes mesmo do curso chegar na Paraíba, a exemplo da Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência – FUNAD. Quanto à oferta do curso de pós-graduação em Psicopedagogia no estado, as pesquisas indicaram o Centro Integrado de Tecnologia e Pesquisa - Cintep como o pioneiro, no ano de 2002. Foi descoberto também que anos antes houveram tentativas de criação do curso por parte de outras instituições. Em 2009, foi criado o curso de graduação em Psicopedagogia da UFPB, o primeiro em universidades públicas do Brasil.

Palavras-chave: História da educação, Dificuldades de aprendizagem, Psicopedagogia, Educação.

¹ Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba- UFPB, igmouramota@gmail.com;

² Graduanda pelo Curso de Psicopedagogia da Universidade Federal - UFPB, coautor1@email.com;

³ Graduanda do Curso de Psicopedagogia da Universidade Federal - UFPB, coautor2@email.com;

⁴ Doutor pelo Curso de História da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, coautor3@email.com;

INTRODUÇÃO

A história da psicopedagogia no estado da Paraíba é recente se comparada de antemão com o surgimento da mesma. É certo que toda ciência nasce de uma necessidade, e não seria diferente com a psicopedagogia, segundo as diretrizes de formação do psicopedagogo estabelecidas pela Associação Brasileira de Psicopedagogia “A Psicopedagogia é a área de conhecimento, atuação e pesquisa que lida com o processo de aprendizagem humana, visando o apoio aos indivíduos e aos grupos envolvidos neste processo, na perspectiva da diversidade e da inclusão.” (2013), logo, é cabível instituir que a inclusão foi a necessidade que ergueu a psicopedagogia como meio de lidar com a exclusão no contexto voltado para a cognição. Russo (2018) é clara ao instituir que a inclusão não nasce por contra própria, não é um substrato relativo à outro construto, e na realidade vem como contraponto à exclusão, esta que vem sendo sustentada de modo multidimensional por diversos fatores desde à antiguidade.

Dantas (2021) afirma que a exclusão é um fenômeno universal, e deve ser percebido nas manifestações culturais de maneira minuciosa. Porém, se tratando desse construto podemos analisar um fator evidente que perdura na sociedade há séculos e segue ganhando forças mediante o pensamento neoliberal emergente desde o século passado. O capitalismo é um exemplo escancarado e recorrente, graças à sua estrutura que busca excessivamente os lucros e a garantia exclusiva dos direitos às classes com mais poder aquisitivo nesse sistema. Engels (1884) aponta que os direitos concedidos aos cidadãos do Estado são os dados de acordo com suas posses, desse modo, observa-se que o Estado é uma organização destinada a proteger a classe possuidora da não possuidora (p. 214). Sposati (1999) evidencia que no contexto brasileiro as bases da exclusão estão associadas ao processo de colonização, segregação, escravidão e patrimonialismo, formada por um processo estrutural extenso e enraizado, essa espécie de “exclusão institucionalizada vai dos meios mais ambivalentes até a educação.

Apesar dos esforços de movimentos educacionais inclusivos como a escola nova possibilitarem um maior acesso à escolarização pela massa integral a fim de ir de contra a exclusão, portadores de deficiência não tinham acesso à escola moderna, dando segmento à segregação educacional já estabelecida. Foi somente na metade do século XX que o discurso

da “normalização” ganhou força o suficiente para com o direito de igualdade de pessoas com deficiência intelectual, e em 1960 emerge uma onda global de reivindicação ao direito civil, abrindo espaço para tratar do multiculturalismo e diversidade fazendo com que minorias exigissem acesso à serviços essenciais, como a educação.

A inclusão sócio-educativa surgiu a partir da conjuntura das reivindicações acerca do direito à aprendizagem de crianças neuro divergentes ou com dificuldades de aprendizagem, Stainback (1996) define a mesma como sendo a “Prática da inclusão de todos – independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde o conjunto das necessidades desses alunos sejam satisfeitas”. Mesmo com tais avanços, o cenário brasileiro se vê atrasado quanto à questões relacionadas à democratização do ensino, mesmo com leis em tese auxiliando o acesso à educação, como a lei Lei nº 8.069 (13 de julho de 1990), onde é assegurada a educação, ainda há uma série de lacunas no que diz respeito à inclusividade do sistema educacional.

Apesar dos esforços de movimentos educacionais inclusivos como a escola nova possibilitarem um maior acesso à escolarização pela massa integral a fim de ir de contra a exclusão, portadores de deficiência não tinham acesso à escola moderna, dando segmento à segregação educacional já estabelecida. Foi somente na metade do século XX que o discurso da “normalização” ganhou força o suficiente para com o direito de igualdade de pessoas com deficiência intelectual, e em 1960 emerge uma onda global de reivindicação ao direito civil, abrindo espaço para tratar do multiculturalismo e diversidade fazendo com que minorias exigissem acesso à serviços essenciais, como a educação.

A inclusão sócio-educativa surgiu a partir da conjuntura das reivindicações acerca do direito à aprendizagem de crianças neuro divergentes ou com dificuldades de aprendizagem, Stainback (1996) define a mesma como sendo a “Prática da inclusão de todos – independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde o conjunto das necessidades desses alunos sejam satisfeitas”. Mesmo com tais avanços, o cenário brasileiro se vê atrasado quanto à questões relacionadas à democratização do ensino, mesmo com leis em tese auxiliando o acesso à educação, como a lei Lei nº 8.069 (13 de julho de 1990), onde é assegurada a educação, ainda há uma lacuna no que diz respeito à inclusividade do sistema educacional, e isso era ainda mais evidente no final do século XVIII.

Costa (2013) afirma que a Psicopedagogia tem seu nascimento no continente Europeu, durante o século XIX. Inicialmente, a partir de reflexões de filósofos, médicos e educadores, sobre a aprendizagem. Sua interdisciplinaridade é umas das características que perdura desde

o seu nascimento, reunindo conhecimentos de vários campos do conhecimento tendo em vista de como complexo é lidar com todos os fatores que influenciam no processo de aprendizagem. Em 1898, Claparè e Neville introduziram, na escola pública (qual país), as chamadas "classes especiais", para atender às necessidades educacionais de crianças com retardo mental. Costa ressalta que esta “ a primeira iniciativa registrada de médicos e educadores no campo da reeducação. “(2013, p.12-13). No final dos anos 40 , com a criação de mais centros psicopedagógicos na França, surge a influência de novas abordagens aos problemas da aprendizagem, com a superação das estigmas estabelecidas pela corrente patológica e a incorporação do pensamento sócio-cultural na análise do “fracasso escolar”.

As problemáticas acerca da aprendizagem ainda eram vistas através da lente inatista, perdurando a idéia de que tais problemas tinham suas origens a partir de fatores orgânicos, sendo provocados por distúrbios, nos quais em geral a sua causa era atribuída a uma disfunção do sistema nervoso central (Dantas, 2021). Apenas no final dos anos 70 começaram as reflexões sobre aspectos sociodemográficos e culturais, nos quais estariam atrelados às dificuldades de aprendizagem e ao alto índice de fracasso escolar no país.

No Brasil a psicopedagogia (dita como tal) tem seu início no meio clínico e indo posteriormente para o institucional, tendo como base inspiradora o desenvolvimento do campo nas terras Argentinas. Em 1986, é realizado o 1º Encontro de Psicopedagogos em São Paulo, além do 1º Seminário de Estudos em Psicopedagogia, em Porto Alegre. Em 12 de Novembro de 1980 se deu a criação ABPp, o órgão que busca reivindicar a mais de 30 anos medidas político-regulamentares da profissão, além instituir os deveres e salientar os direitos dos psicopedagogos brasileiros, a mesma preconiza em seus objetivos principais “Comprometer-se com a melhoria da educação no país, na relação com a formação de novos psicopedagogos, afinada às políticas públicas voltadas à educação, saúde e assistência às crianças, adolescentes e jovens assistidos por esses profissionais.”.

A psicopedagogia emerge na Paraíba pela necessidade de profissionais que lidem com as problemáticas associadas, mas cresce a partir de vários fenômenos, sendo um deles a expansão massiva da educação superior no território brasileiro, principalmente a partir dos anos 90 graças aos aparatos postos em prática a fim de promover tal crescimento.

Em 1988 foi instituída a constituição que incidia sobre praticamente todos os aspectos essenciais para a manutenção do bem populacional brasileiro, com isto a educação não ficaria de fora, e a educação superior recebeu alguns apontamentos que servem como pilares até os

dias atuais, foi nessa constituição que foi determinado que as instituições de ensino superior tivessem autonomia didático-científica, administrativa e gestão financeira, além de estabelecer o tripé tão mencionado e indissociável no âmbito acadêmico: ensino, pesquisa e extensão. Mais tarde com a LDB/1996 foi feita a diferenciação das instituições de ensino superior públicas e privadas, adicionando a possibilidade de que as privadas pudessem ser criadas como centros universitários, faculdades integradas e faculdades, institutos ou escolas superiores. Vale lembrar que o dever de manter a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ficou apenas para as universidades PÚBLICAS, possibilitando para os novos formatos de instituições particulares a oportunidade de crescer focando somente no ensino com custos reduzidos, negligenciando a extensão e pesquisa.

O acesso aos cursos foram facilitados graças à mudanças na estrutura dos vestibulares e a criação de novos cursos superiores. Tais políticas foram estabelecidas com o intuito de fornecer o crescimento da educação superior no país durante a vigência do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), governo que visava a privatização fundamentada pelos ideais neoliberais.

Nos governos seguintes foram desenvolvidas outras políticas para o setor privado como o "Programa Universidade para todos" (ProUni), o qual destina bolsas de ensino parciais ou integrais para instituições de ensino superior privadas (com ou sem fins lucrativos), assim sendo isentas de alguns tributos como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), contanto que ofereçam 20% da renda bruta arrecadada em bolsas de estudo. Na teoria todos ganham, mas quem ganha mais? Com tal política estabelecida no início do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, houve um crescimento exponencial de instituições aderentes ao ProUni, segundo dados fornecidos pelo MEC no ano seguinte o número de bolsas atingiu mais que o dobro com relação à 2004. Isso somado a outras políticas que beneficiaram as instituições de ensino privadas propiciou um crescimento exponencial de matrículas que já havia crescendo desde o final dos anos 90. Enquanto o setor público só seria favorecido ao com programas de ampliação e remontagem em 2007.

Ao analisar dados relacionados à matrícula em instituições de ensino superior disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais "Anísio

Teixeira" (INEP), percebe-se que até 2010 houve um aumento significativo no crescimento das instituições de ensino superior, especialmente se tratando das atuantes no setor privado, o que ocasionou na criação e expansão de vários cursos de especialização em psicopedagogia no estado da Paraíba.

Se tratando da história da Psicopedagogia na Paraíba, se considera um desafio reunir informações tanto sobre sua chegada quanto sobre sua expansão no estado, visto que sua admissão literal é relativamente recente se comparada com a sua chegada no Brasil.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se caracteriza como sendo de cunho histórico procurou produzir um registro do passado, na qual buscou-se fazer a descrição de um acontecimento histórico no decorrer do tempo. Como recorte da área de pesquisa, situa-se no campo da história da educação do tempo presente.

A investigação focou em identificar os primeiros cursos de psicopedagogia criados na Paraíba e a evolução da rede de formação em Psicopedagogia no estado, caracterizando o perfil curricular predominante nos cursos ao longo do tempo, sua contribuição para a sociedade paraibana e seus limites, bem como resgatar as principais lutas em torno do fortalecimento do mercado de trabalho e da formação profissional na área em termos locais. Buscou-se analisar como a psicopedagogia chegou à Paraíba, em que circunstâncias esse processo se deu, quais os agentes responsáveis por sua introdução no ensino superior em nosso estado e em que instituições foram instalados os primeiros cursos e formados os primeiros profissionais. Como fontes de dados, trabalhou-se com fontes primárias e secundárias, como documentos oficiais das instituições da época, depoimentos de personagens envolvidos e material produzido por alunos dos cursos e trabalhos de conclusão de curso. No tocante à amostra, a pesquisa de cunho histórico guarda peculiaridade em relação a outras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A psicopedagogia emerge na Paraíba por necessidade de profissionais que lidem com as problemáticas associadas às dificuldades de aprendizagem, mas cresce a partir de vários fenômenos, sendo um deles a expansão massiva da educação superior no território brasileiro, principalmente a partir da década de 1990, graças aos aparatos postos em prática a fim de promover tal crescimento. Mas antes de tratar de tais aparatos ou da criação dos cursos de pós-graduação em psicopedagogia, cabe avaliar a presença da atuação psicopedagógica muito antes. No ano de 1962, Paulo Freire marcou presença na Paraíba ao participar dos esforços associados à consolidação da Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR), onde foram desempenhadas ações voltadas para educação inclusiva e de interesse coletivo ().

Apesar da atuação psicopedagógica já estar presente no território paraibano, por meio da atuação de instituições como a FUNAD e o Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha acerca das dificuldades ocasionadas e de ações como a que contou com a participação de Paulo Freire, a oferta de cursos de pós-graduação ainda estava muito distante. Logo, a alternativa buscada pelos profissionais que tinham interesse em atuar como psicopedagogos eram obrigados a ir para outros estados (principalmente Pernambuco) em busca dessa qualificação. Eliane Dutra no entanto, foi uma das que optou por estudar em São Paulo, trabalhando na educação supletiva (hoje “Educação de Jovens e Adultos” - EJA), optou por psicopedagogia pois ao seu ver seria uma boa especialização para ajudá-la a lidar com os alunos retidos e com dificuldades.

Eliane realizou o curso de pós-graduação Lato Sensu em Psicopedagogia, pela Universidade São Judas Tadeu-SP no período de 1986 à 1987. O currículo era composto por disciplinas como: estrutura e Funcionamento do Ensino Brasileiro, Didática do Ensino Superior, Prática do Magistério I, Diagnóstico Psicopedagógico, Métodos e Técnicas de Pesquisa, Psicopedagogia e Relações Humanas, Laboratório de Sensibilidade, Filosofia da Educação, Psicologia Educacional, Currículos e Programas, Psicologia de Excepcionais e Psicopatologia, como opcionais. Cada disciplina exigia a apresentação de trabalhos no final. Era exigência também a realização da prática de um caso, com as características de dificuldades de aprendizagem.

Segundo informações extraídas do relato de Vera Lúcia Brito, no ano de 2000 houve a tentativa de criação do curso de psicopedagogia em Patos - PB com o pré-projeto concluído, mas rejeitado pelas instituições. Apenas no ano de 2002 pela empresa Mendonça Consultoria

que no ano seguinte mudaria seu nome para Centro Integrado de Tecnologia e Pesquisa (CINTEP) passou a ofertar o primeiro curso de pós-graduação em psicopedagogia no âmbito institucional na capital João Pessoa. A grade de componentes curriculares que o curso oferecia era composta por Psicopedagogia I e II, Tópicos Especiais em Psicopedagogia, Metodologia da Pesquisa, Desenvolvimento Cognitivo e Linguagem, Avaliação e Intervenção Psicopedagógica, Psicopedagogia e Relações Interpessoais e Ética na Psicopedagogia. Foi descoberto também que três anos depois, no ano de 2005, a Faculdade Integrada de Patos (FIP) abriu um curso de pós-graduação em Psicopedagogia Institucional e Clínica, direcionado principalmente aos graduados na área da educação. O curso conta com 620 horas/aula, com o objetivo de promover o conhecimento teórico e prático em Psicopedagogia, visando capacitar profissionais na área da Psicopedagogia Institucional e Clínica para atuar numa abordagem inter e multidisciplinar, promovendo uma postura ético-crítico-reflexiva, a fim de possibilitar a análise, diagnóstico, intervenção, orientação e avaliação do processo das dificuldades de aprendizagem formal e informal nos diversos contextos sociais.

No ano de 2007 o Centro Universitário de João pessoa ofertou a sua primeira turma de Psicopedagogia, o curso contava com ênfase clínica e institucional e enquadrava-se nas exigências da resolução CES/CNE n° 1, de 3 de abril de 2001, Parecer CES/CNE n° 908/98 e Parecer CNE/CES n° 617/99. Com relação a carga horária, eram destinadas 420 horas para as atividades gerais do curso, 30 horas para monografia e 60 horas para o estágio supervisionado. Como dito anteriormente o curso teve seu início em 2007, por volta do mês de abril, e sua coordenadora na época era a professora Aparecida de Cássia Mendes Freitas. Atualmente (2023) a instituição não oferta mais o curso de pós-graduação em psicopedagogia em qualquer modalidade/área.

Em 2008 o CINTEP passa a oferecer também o curso de Psicopedagogia clínica e abre uma clínica escola. No mesmo ano, com o Surgimento do REUNI houve a criação do projeto do curso de graduação em psicopedagogia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), estando a frente Professor Otávio e as Professoras Janine, Marizete, Carmem Deusa, Nadia Bossa e Quézia Bombonato também participaram da criação do PPC.

No ano seguinte o projeto foi posto em prática, e a criação do curso de Psicopedagogia foi um sucesso, dois anos depois houve a criação da clínica escola, antes situada no centro de João Pessoa e agora na própria UFPB. Ao final do ano o curso completará seus 24 anos, e segue como base forte para a psicopedagogia nacional. Sendo a única universidade pública a ofertar o curso no modelo de bacharelado, são desempenhadas tanto ações relacionadas à ensino quanto destinadas à extensão e pesquisa, o curso conta com uma avaliação 4 pelo

Ministério da Educação (MEC). O curso está regulamentado através da resolução do CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, da Universidade Federal da Paraíba, após deliberação em reunião realizada em 30 de junho de 2010, (Processo nº. 23074.012960/10-45), a resolução também estipula a carga horária do curso dividida da seguinte forma: duração mínima de 07 (sete) e máxima de 11 (onze) períodos letivos, será integralizado com 2.835 (duas mil e oitocentas e trinta e cinco) horas, equivalentes a 189 (cento e oitenta e nove) créditos. Desde sua criação, o curso já passou por três atualizações do PCC, e caminha para uma nova reformulação,

A partir da entrevista com Suely Fermon foi possível coletar diversas informações sobre a chegada da ABPp na Paraíba. Inicialmente houve a criação de um grupo de estudos que deu origem à ABPp-PB. O grupo só foi oficializado em 2015, um ano depois houve a deliberação de abertura do Núcleo da ABPp Paraíba em João Pessoa que ocorreu em 1º de junho de 2016. Através da nomeação pelo Conselho Nacional da ABPp, a gestão do primeiro triênio 2016-2019 teve Suely Fermon de Moraes Oliveira como presidente, pelo fato de já ser membro da ABPp Nacional. A diretoria foi formada pela: Vice-presidente Suenia Lopes Cruz de Farias, secretária Juliana Fernanda Cardoso de Oliveira e tesoureira Angecilene Genésio Ferreira Ribeiro. Em 2016 em parceria do Grupo de Estudos da ABPp PB e da Coordenação do Curso de Graduação em Psicopedagogia da UFPB, aconteceu o I encontro de Psicopedagogia da Paraíba, com o tema central "Diálogos em psicopedagogia: sobre a aprendizagem no século XXI" na UFPB. A abertura do evento aconteceu com a conferência "O exercício da psicopedagogia no século XXI: Atuação e Profissionalização", proferida pela psicopedagoga Luciana Barros de Almeida, presidente nacional da ABPP na época. Além disso, outras atividades aconteceram como palestras, apresentação de trabalhos e oficinas psicopedagógicas.

Desde a realização deste primeiro evento, os encontros de psicopedagogia da Paraíba tem se constituído em um espaço de discussão, reflexão e trocas de experiências entre os profissionais da área e estudantes em torno das questões relacionadas à aprendizagem e ao fazer psicopedagógico. No ano de 2023 aconteceu o evento online em comemoração aos 10 anos da ABPP na Paraíba, com o tema "10 anos da ABPP na Paraíba: contextos, avanços e novas perspectivas psicopedagógicas". A atividade contou com a participação da presidente da ABPp Nacional e do Conselho Nacional Maria Irene Siqueira Castanho, além de outros quadros importantes da psicopedagogia em níveis nacional e local. Um tema recorrente nestes encontros é o debate em torno da regulamentação da psicopedagogia, em nível nacional. A ABPP tem defendido, nestes fóruns, a luta pelo desarquivamento do Projeto de Lei número

31/2010, no Senado Federal, que dispunha sobre a regulamentação do exercício das atividades em psicopedagogia, com uma carga horária de, no mínimo, 600 horas, em nível de especialização ou graduação. A ABPP tem defendido que a regulamentação é uma necessidade, visto que tem ocorrido uma expansão da formação e da área de atuação e, com isso, estão em funcionamento cursos de graduação e de pós-graduação em Psicopedagogia, em todo o país. Nem sempre, todavia, estes cursos possuem uma qualidade mínima, no sentido de cumprirem com seu papel social e permitirem uma formação adequada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se a partir das buscas bibliográficas que a atuação e a linha de pensamento psicopedagógica (mesmo que não formal) estava viva na Paraíba desde antes mesmo da procura dos profissionais paraibanos pelo curso em outros estados, ou da criação do primeiro curso de especialização em psicopedagogia, indicando que a mesma não representa necessariamente o ponto zero na história da psicopedagogia no estado, visto que ações como a do seminário CEplar em 1962 (com a participação Paulo Freire) tratam da inclusão com um viés semelhante do que é preconizado pela atuação psicopedagógica nos dias atuais.

A partir dos relatos orais coletados é possível ver que o crescimento da Psicopedagogia está associada a uma série de fatores, o interesse por métodos interventivos nas dificuldades de aprendizagem, a expansão do acesso ao ensino superior dentre muitos outros. Uma das maiores limitações do estudo foi a resistência no cedimento de informações por parte de algumas instituições privadas elencadas como pioneiras na oferta dos cursos de pós-graduação em psicopedagogia.

O recente processo de reformulação do Projeto pedagógico do curso de psicopedagogia da Universidade da Paraíba evidencia a partir de disciplinas incluídas, a proporção que a atuação do psicopedagogo tem tomado nas últimas décadas. A psicopedagogia no âmbito organizacional, hospitalar e empresarial são só alguns dos inúmeros terrenos que a psicopedagogia alcançou através de ações de extensão e pesquisa. O fato é que a aprendizagem é um construto multidimensional, impactada por diversos fatores complexos, e que está presente em inúmeras situações e ambientes. Logo, a psicopedagogia se mostra necessária para intervir e prevenir sobre intercorrências acerca da aprendizagem, garantindo um ambiente livre de quaisquer problemática associada.

Além do fato da presente pesquisa ser pioneira ela também se inclui-se no campo de estudos da história de tempo presente, pois mesmo nos permitindo observar recentes efeitos dos acontecimentos estudados, é caracterizada por uma defasagem no que diz respeito à produções científicas acerca do assunto pesquisado. Pelo fato da presente pesquisa ter como foco a construção histórica geral da psicopedagogia na Paraíba, fatos específicos sobre o crescimento da psicopedagogia clínica e institucional ficaram de fora. Logo, faz-se necessário novos estudos com ênfase em cada uma de maneira isolada, para que assim seja possível esmiuçar tais acontecimentos. O presente trabalho irá colaborar como norte para futuros trabalhos que busquem entender a trajetória da psicopedagogia no estado da Paraíba.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar é indispensável o agradecimento a toda a equipe que empenhou-se ao máximo na construção desse trabalho, desde o delineamento até a análise dos dados coletados, muito obrigado Bárbara da Silva Alves, Aldereda Silva de Souza . Ao nosso orientador Éder Dantas da Silva, agradeço pela confiança e todo o suporte. Ao meu pai, Ismael Mota do Nascimento por me ensinar desde novo a ser fiel a si mesmo. À minha mãe por sempre exigir mais e mais de mim, é graças a ela que eu estou onde estou. Ao meu ídolo Kanye West por sempre marcar presença no meu fone de ouvido (inclusive no momento ao qual redijo esse texto).

REFERÊNCIAS

BARREYRO, Gladys Beatriz; COSTA, Fábio Luciano Oliveira. Expansão da educação superior brasileira (1999-2010): políticas, instituições e matrículas. In: IV CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO; VIII CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. 2014.

BEAUCLAIR, J. Para entender psicopedagogia: perspectivas atuais, desafios futuros. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2006.

BLASZKO, Caroline Elizabel; PORTILHO, Evelise Maria Labatut. Retrospectiva histórica da psicopedagogia no contexto brasileiro: gênese, documentação e legalização. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, p. 2117-2132, 2021.

BOSSA, Nadia. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

COSTA, Célio Juvenal; MELO, Joaquim José Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo. Fontes e Métodos em História da Educação. Dourados, MS : Ed.UFGD, 2010.

COSTA, Ana Araújo; PINTO, Telma Maranhão Gomes; DE ANDRADE, Márcia Siqueira. Análise Histórica do surgimento da Psicopedagogia no Brasil. ID on line. Revista de psicologia, v. 7, n. 20, p. 10-21, 2013.

DANTAS, Eder da Silva; ASSIS, Geovani Soares de; SOUZA, Sandra Cristina Moraes de. Psicopedagogia: memória de sua formação da UFPB. João Pessoa: Editora do CCTA, 2021.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, do Estado e da propriedade privada. Boitempo Editorial, 2019, p.214.

FAGALI, Eloísa Q. Os sentidos da história e a “busca das raízes” no processo de aprender – formação psicopedagógica no “Sedes Sapientiae” .In: MALUF, Maria I. & BOMBONATO, Quesia (org). História da psicopedagogia e da ABPp no Brasil – fatos, protagonistas e conquistas. Rio de Janeiro: Wac, 2007.

GIL, Antonio Carlos et al. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002

MATOS, Júlia. Os ideais de subjetividade e objetividade na história: o paradigma da verdade. Extraído de www.sabercom.furg.br em 11/05/2022 às 18h32.

Noffs NA. A formação e regulamentação das atividades em Psicopedagogia. Rev. Psicopedagogia 2016;33(100):110-120

RICHARDSON, Roberto Jarry, Pesquisa social; métodos e técnicas. 3. ed. 14. reimpr. São Paulo : Atlas, 2012.



RUSSO, maria josé de oliveira. a complementaridade das políticas públicas para a inclusão socioeducacional. 2018.